

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31.12.2019



fw

Índice

Demonstrações Financeiras - 2019

A.	Balanço Individual	3
B.	Demonstração Individual dos Resultados	4
C.	Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais	5
D.	Demonstração Individual de Fluxos de Caixa	6
E.	Anexo Individual	7
1.	Identificação da entidade	7
1.1.	Denominação da entidade	7
1.2.	Lugar da Sede Social	7
1.3.	Natureza da atividade	7
1.4.	Abrangência	8
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
2.1.	Indicação do referencial contabilístico	8
2.2.	Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade	9
3.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	9
3.1.	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	9
3.1.1.	Ativos fixos tangíveis	9
3.1.2.	Bens do património histórico, artístico e cultural	11
3.1.3.	Ativos intangíveis	12
3.1.4.	Locações financeiras	13
3.1.5.	Encargos financeiros com aquisição de ativos	13
3.1.6.	Imparidade de ativos	14
3.1.7.	Investimentos Financeiros	14
3.1.7.1.	Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas	14
3.1.7.2.	Investimentos em subsidiárias e consolidação	15
3.1.8.	Inventários	16
3.1.9.	Rédito	17
3.1.10.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	18
3.1.11.	Comparticipações, subsídios e apoios do governo	19
3.1.12.	Efeitos de alteração em taxas de câmbio	19
3.1.13.	Instrumentos financeiros	20
3.1.14.	Acontecimentos após a data de balanço	21
4.	Alterações nas estimativas contabilísticas e erros	22
5.	Ativos fixos tangíveis	23
5.1.	Bens do património histórico, artístico e cultural	23
5.2.	Outros ativos fixos tangíveis	24
6.	Ativos intangíveis	28
7.	Investimentos Financeiros	29
8.	Outros créditos e ativos não correntes	30
9.	Inventários	31
10.	Créditos a receber	32
11.	Estado e outros entes públicos	33
12.	Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros	34
13.	Diferimentos	34
14.	Outros ativos correntes	35
15.	Caixa e depósitos bancários	36
16.	Resultados transitados	37
17.	Excedentes de revalorização	37
18.	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	37

fu

19.	Resultado líquido	38
19.1.	Rendimentos	39
19.2.	Gastos	44
20.	Provisões	45
21.	Financiamentos obtidos – Médio e longo prazo	46
22.	Fornecedores	46
23.	Estado e outros entes públicos	47
24.	Financiamentos obtidos – Curto prazo	47
25.	Diferimentos	48
26.	Outros passivos correntes	48
27.	Acontecimentos após a data de balanço	50



A. Balanço Individual

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.2	74 465 218,91	74 876 635,83
Bens do património histórico e cultural	5.1	3 155 599,64	3 155 599,64
Ativos intangíveis	6	4 395 536,61	4 390 374,00
Investimentos financeiros	7	4 014 619,44	6 199 272,62
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes	8	927 624,93	765 535,86
Total do ativo não corrente		86 958 599,53	89 387 417,95
Ativo corrente			
Inventários	9	869 926,28	971 598,15
Créditos a receber	10	11 696 337,90	12 038 537,18
Estado e outros entes públicos	11	532 187,46	358 133,80
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12	103 014,65	126 506,04
Diferimentos	13	4 243 433,23	3 752 314,29
Outros ativos correntes	14	499 519,03	519 855,05
Caixa e depósitos bancários	15	21 851 131,93	19 158 152,50
Total do ativo corrente		39 795 550,48	36 925 097,01
Total do ativo		126 754 150,01	126 312 514,96
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	16	24 898 820,95	23 710 754,72
Excedentes de revalorização	17	19 989 958,28	19 989 958,28
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	18	26 464 388,57	28 490 876,66
Resultado líquido do período	19	(931 497,25)	1 299 316,85
Total dos fundos patrimoniais		70 421 670,55	73 490 906,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	20	143 413,99	157 330,66
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	21	19 296 664,58	20 524 538,29
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Total do passivo não corrente		19 440 078,57	20 681 868,95
Passivo corrente			
Fornecedores	22	5 386 310,54	5 243 877,08
Estado e outros entes públicos	23	1 302 110,35	1 204 778,18
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	24	15 375 627,20	12 944 944,40
Diferimentos	25	4 776 533,06	4 509 481,52
Outros passivos correntes	26	10 051 819,74	8 236 658,32
Total do passivo corrente		36 892 400,89	32 139 739,50
Total do passivo		56 332 479,46	52 821 608,45
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		126 754 150,01	126 312 514,96

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

B. Demonstração Individual dos Resultados

Demonstração individual dos resultados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rendimentos e gastos	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Vendas e serviços prestados	19.1	57 345 260,22	55 724 280,96
Subsídios, doações e legados à exploração	19.1	11 648 369,33	8 077 668,16
Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	19.1/ 19.2	(2 197 161,71)	(63 922,99)
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19.2	(3 226 338,83)	(3 306 528,28)
Fornecimentos e serviços externos	19.2	(23 637 435,41)	(23 108 439,77)
Gastos com pessoal	19.2	(38 034 268,67)	(36 540 079,81)
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	19.1	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	19.1/ 19.2	(50 787,26)	(25 785,57)
Provisões (Aumentos/reduções)	19.1/ 19.2	2 916,67	(65 763,66)
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	19.1/ 19.2	0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor	19.1/ 19.2	123 572,18	(8 667,14)
Outros rendimentos	19.1	5 918 858,60	9 503 155,71
Outros gastos	19.2	(3 662 658,13)	(3 058 940,50)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 230 326,99	7 126 977,11
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19.2	(4 077 017,37)	(3 910 842,15)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		153 309,62	3 216 134,96
Juros e rendimentos similares obtidos	19.1	22,22	508,64
Juros e gastos similares suportados	19.2	(1 084 829,09)	(1 917 326,75)
Resultado antes de impostos		(931 497,25)	1 299 316,85
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período	19	(931 497,25)	1 299 316,85

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

C. Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(€)

Rubricas	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuído aos instituidores da empresa-mãe					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
1	16 - 19	23 710 754,72	19 989 958,28	28 490 876,66	1 299 316,85	73 490 906,51	0,00	73 490 906,51
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019								
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas						0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						0,00		0,00
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e variações						0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos						0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						0,00		0,00
2	16 - 19	1 188 066,23		(2 026 488,09)	(1 299 316,85)	(2 137 738,71)		(2 137 738,71)
3	19	1 188 066,23	0,00	(2 026 488,09)	(1 299 316,85)	(2 137 738,71)		(2 137 738,71)
4 = 2 + 3					(931 497,25)	(931 497,25)		(931 497,25)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(2 230 814,10)	(3 069 235,96)		(3 069 235,96)
RESULTADO INTEGRAL								
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos						0,00		0,00
Subsídios, doações e legados						0,00		0,00
Outras operações						0,00		0,00
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 = 1 + 2 + 3 + 5	16 - 19	24 898 820,95	19 989 958,28	26 464 388,57	(931 497,25)	70 421 670,55	0,00	70 421 670,55
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019								

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

D. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

f.w

Demonstração individual de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Rubricas	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e utentes		51 358 340,60	46 998 662,10
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		(153 791,71)	(209 849,19)
Pagamentos de bolsas		(49 844,23)	(263 745,50)
Pagamentos a Fornecedores		(21 836 664,32)	(20 510 304,26)
Pagamentos ao Pessoal		(27 468 169,51)	(26 308 169,83)
Caixa geradas pelas operações		1 849 870,83	(293 406,68)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros Recebimentos/Pagamentos		1 520 623,95	544 740,06
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3 370 494,78	251 333,38
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2 259 981,09)	(3 104 170,16)
Ativos Intangíveis		(21 722,99)	(41 409,94)
Investimentos financeiros		(17 843,37)	(41 026,92)
Outros Ativos		(1 015 509,87)	(1 328 218,37)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		329 201,72	15 820 459,57
Ativos Intangíveis		0,00	50 000,00
Investimentos financeiros		36 942,67	23 263,30
Outros Ativos		31 683,25	150 000,00
Subsídios ao investimento		1 158 396,38	1 673 835,58
Juros e rendimentos similares		183 203,31	172 451,23
Dividendos		0,00	60,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(1 575 629,99)	13 375 244,29
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		4 862 240,26	7 782 117,33
Realizações de fundos		44 763,06	131 194,51
Cobertura de prejuízos		0,00	18 400,75
Doações		387 082,81	400 598,75
Outras operações de financiamento		1 033 135,28	1 190 175,07
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3 979 742,47)	(20 297 413,53)
Juros e gastos similares		(1 329 164,53)	(1 909 793,32)
Dividendos		0,00	(75,69)
Redução de fundos		(7 381,51)	(2 810,63)
Outras operações de financiamento		(112 918,26)	(249 705,39)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		898 014,64	(12 937 312,15)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2 692 879,43	689 265,52
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	19 158 252,50	18 468 986,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	21 851 131,93	19 158 252,50

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

E. Anexo Individual

O Anexo Individual, visa interpretar e enquadrar a informação financeira apresentada nas restantes Demonstrações Financeiras (DF), divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas a nível global e outras divulgações exigidas pela **Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)**.

1. Identificação da entidade

1.1 Denominação da entidade

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) é uma pessoa coletiva (N.I.F.: PT 500745749), de direito privado e de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, com plena capacidade jurídica para a prossecução dos seus fins.

1.2 Lugar da Sede Social

A sede nacional da CVP situa-se no Jardim 9 de Abril em Lisboa.

1.3 Natureza da atividade

A CVP é uma instituição humanitária não governamental, de carácter voluntário e de interesse público, que desenvolve a sua atividade devidamente apoiada pelo Estado, no respeito pelo Direito Internacional Humanitário, pelos Estatutos do Movimento Internacional e pela Constituição da Federação da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

A CVP exerce a sua atividade em todo o território nacional como a única sociedade nacional da Cruz Vermelha e, fora do território nacional, no quadro de ação do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e em qualquer local onde a sua participação seja relevante.

A CVP assenta a organização territorial em serviços centrais e autónomos, delegações locais, centros humanitários e extensões de delegações locais.

1.4 Abrangência

As Demonstrações Financeiras Individuais da CVP incluem as Delegações Locais e respectivas extensões, os Centros Humanitários, Organismos Autónomos (Lar Militar, Escola Superior de Saúde, Escola Superior de Saúde Norte, Escola Profissional Almirante Domingos Tasso Figueiredo, Escola de Socorrismo e Cartão de Saúde CVP) e a Sede Nacional.

O nível de abrangência alcançado em 2019 foi de 132 Delegações Locais, 16 extensões, 17 Centros Humanitários, 8 Organismos Autónomos e a Sede Nacional, o que corresponde à plenitude do universo Cruz Vermelha Portuguesa.

Assim, podemos dizer que as Demonstrações Financeiras do ano 2019, proporcionam informação integral, compreensível, relevante, fiável e comparável sobre a situação financeira da CVP à data de 31 de Dezembro de 2019 e sobre o resultado das operações económicas realizadas durante o exercício findo nessa data.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Identificação do referencial contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/ 2009, de 13 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/ 2015, de 2 de junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso n. 8258/ 2015, de 29 de julho.

Assim, a informação constante nas demonstrações financeiras foi preparada de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica) e no pressuposto de continuidade e contem as seguintes características qualitativas: compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

2.2 Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Considerando o elevado número de unidades da CVP (132 Delegações Locais, 16 extensões, 17 centros humanitários, 8 Organismos Autónomos e a Sede Nacional), sua dispersão geográfica e gestão descentralizada, a harmonização de políticas contabilísticas e práticas de gestão, tem exigido um grande esforço da Sede Nacional, ao longo dos últimos anos, no sentido de garantir a desejada harmonização.

Quaisquer derrogações que possam ocorrer, pelo referenciado, são imateriais e não põem em causa a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da CVP.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (*deemed cost*) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade

acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (anteriormente apelidado de quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções:	50 Anos
Equipamento básico:	5 a 15 Anos
Equipamento de transporte:	3 a 6 Anos
Equipamento administrativo:	3 a 10 Anos
Outros ativos fixos tangíveis:	3 a 4 Anos

Os gastos de conservação e reparação e as benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, efetuados após a data da sua aquisição ou construção, que aumentem o valor real ou a duração provável da vida dos ativos fixos tangíveis, são capitalizados.

Como orientação geral considera-se que as grandes reparações e beneficiações proporcionam o aumento da vida útil estimada de um ativo fixo tangível em 3 anos.

No caso das viaturas pertencentes ao equipamento básico são assumidos anualmente gastos de conservação e reparação muito significativos, os quais, embora não aumentem diretamente o valor dos bens ou a sua vida útil, na maioria das vezes proporcionam um benefício económico futuro, com reflexo no exercício seguinte.

Assim como orientação geral, sempre que o valor anual dos gastos com conservação e reparação de uma viatura pertencente ao equipamento básico for igual ou superior a 25% do valor da depreciação anual, é reconhecido 50% do valor total de conservação e reparação como gasto do exercício e os outros 50% como gastos a reconhecer no exercício seguinte.

Genericamente, as obras de adaptação, de beneficiação ou os melhoramentos efetuados em propriedade alheia relacionadas com estruturas não amovíveis, não são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, mas como gastos a reconhecer, sendo imputados numa base anual aos exercícios económicos durante os anos do contrato de arrendamento ou usufruto.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural

Os bens do património histórico, artístico e cultural são bens de domínio privado que cumprem as condições exigidas por lei para serem classificados como tal.

Os bens do património histórico, artístico e cultural que foram atribuídos à Entidade a título gratuito ou que sendo adquiridos a título oneroso, foram reconhecidos pela primeira vez nesta classe de bens sem conhecer o seu custo histórico, devido à perda desses dados ou ao valor de compra à data ser irrelevante em virtude do tempo transcorrido desde a sua aquisição, encontram-se valorizados pelo valor patrimonial tributário (VPT).

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta de variações nos fundos patrimoniais.

A atualização para o VPT tem como contrapartida a rubrica de excedentes de revalorização.

As obras realizadas nestes bens são consideradas como obras de conservação e restauro e reconhecidas, desde que materialmente relevantes, como gastos a reconhecer, pelo que o aumento de valor destes bens apenas decorrerá de uma avaliação.

Estes bens não depreciam, pelo que apenas haverá redução de valor quando se encontrarem em imparidade.

3.1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Excetuam-se os casos em que o reconhecimento inicial dos ativos intangíveis ocorreu até 2012 e para os quais a respetiva escritura era omissa no que respeita ao valor. Nesta situações os ativos intangíveis foram reconhecidos pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT) atual.

Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento só deverão ser reconhecidas quando seja possível demonstrar capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros.

As despesas de desenvolvimento que não cumpram os requisitos deverão ser registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida iniciámos a amortização no exercício de 2016 (pelo período de 10 anos) de acordo com o parágrafo 8.17 da NRCF-ESNL.

3.1.4 Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.1.5 Encargos financeiros com aquisição de ativos

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A Instituição considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso.

A capitalização de gastos com empréstimos deve iniciar-se quando tem início o investimento.

A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso se encontram substancialmente concluídas.

Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os gastos com matérias consumidas e gastos com pessoal devem ser igualmente incorporadas no custo dos ativos.

3.1.6 Imparidade de ativos

Os ativos encontram-se em imparidade quando existem evidências objetivas de que, em consequência de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são revertidas sempre que exista evidência de que as mesmas já não existem ou diminuíram, sendo a reversão reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.7 Investimentos Financeiros

3.1.7.1 Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), sendo

as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da CVP no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como *goodwill*. O *goodwill* é registado como ativo e iniciámos a amortização no exercício de 2016 pelo período de 10 anos.

Anualmente, quando existem indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

Caso a entidade conjuntamente controlada ou associada, venha a apresentar Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

3.1.7.2 Investimentos em subsidiárias e consolidação

a) Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo diretamente atribuíveis à aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

As transações internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

3.1.8 Inventários

Os inventários ou existências são ativos detidos para venda no decurso ordinário da atividade ou para serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços. Fazem parte desta classe de ativos, os donativos em espécie atribuídos à instituição para consumo próprio ou distribuição a terceiros.

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos com a sua alienação).
- Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

3.1.9 Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.1.10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.1.11 Comparticipações, subsídios e apoios do governo

As comparticipações do Estado são reconhecidas como prestações de serviços na medida em que se tratam de apoios a pessoas sem capacidade para adquirir integralmente um serviço prestado pela CVP.

Estas verbas transferidas pelo Estado são determinadas unitariamente em função da uma execução/realização física cujo valor unitário atribuído se encontra fixado através de um diploma legal ou contrato/acordo escrito.

Os subsídios governamentais, do ponto de vista financeiro, não pressupõem uma prestação de serviço, apenas visam compensar despesas ou encargos correntes de forma indiferenciada.

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

As comparticipações e os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados. No caso dos subsídios à exploração na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados no fundo patrimonial e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

3.1.12 Efeitos de alteração em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço,

são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros, de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira, são incluídas no fundo patrimonial, na rubrica Outras reservas.

3.1.13 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalente de caixa, correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

b) Dívidas a receber

As dívidas de clientes, membros/associados e de outros terceiros são escrituradas pelo seu valor nominal, deduzido das perdas por imparidade calculadas de acordo com seguintes critérios:

Crédito em mora	Mora no pagamento	Perda Imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Pessoas coletivas privadas	mais de 9 até 15 meses	25%	75%
	mais de 15 até 21 meses	50%	50%
	mais de 21 até 27 meses	75%	25%
	mais de 27 meses	100%	0%

Nesta situação considera-se que só começa a existir risco de cobrança de um crédito a partir do 9º mês sobre a data de vencimento do documento de suporte.

Crédito em mora	Mora no pagamento	Perda Imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Administração Pública	sem mora	0%	0%

Neste caso considera-se que não existe qualquer risco de cobrança ou dúvida quanto ao recebimento de créditos sobre a administração pública.

Crédito em mora sobre	Mora no pagamento	Perda imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Membros	mais de 9 até 15 meses	25%	75%
	mais de 15 até 21 meses	50%	50%
	mais de 21 até 27 meses	75%	25%
	mais de 27 meses	100%	0%

Para os membros (beneficiários e contribuintes) considera-se que só haverá risco de cobrança a partir do 9º mês a contar da data estabelecida para pagamento das quotas (mensal, trimestral, semestral, anual).

	Mora no pagamento	Perda Imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Outras pessoas singulares	mais de 12 até 18 meses	50%	50%
	mais de 18	100%	0%

Para as restantes pessoas singulares considera-se que só haverá risco de cobrabilidade a partir do 12º mês a contar da data de vencimento do crédito.

c) Dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são escrituradas pelo seu valor nominal.

3.1.14 Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data de balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço, se materiais, são divulgados nas notas.

4. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No exercício de 2019 não ocorreram alterações de estimativas contabilísticas.

Os erros foram corrigidos e reconhecidos atendendo à sua materialidade.

A correção de um erro respeitante a um período anterior foi excluída dos resultados do período sendo efetuada diretamente nos fundos patrimoniais em Resultados Transitados.

Tratando-se de um erro materialmente relevante respeitante ao exercício anterior reexpressa-se o comparativo nas demonstrações financeiras individuais do exercício.

Para efeitos de determinação da materialidade do erro, considera-se como materialmente relevante um erro cujo valor seja superior ou igual a 5% do Resultado líquido do período em que o erro foi detetado, ou seja 2019, excluindo as rubricas correspondentes a correções relativas a períodos anteriores (7881 e 6881).

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os bens do património, histórico, artístico e cultural valiam:

Ativo Não Corrente - Bens do património histórico e cultural

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2018	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	31/12/2019	Varição
Ativo bruto							
Bens imóveis	3 155 599,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3 155 599,64	0,00 0,00%
Total	3 155 599,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3 155 599,64	0,00 0,00%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de dezembro de 2019, os Bens do património histórico, artístico e cultural representam 3.155.599,64 euros, dos quais 2.496.150,00 euros respeitam à Sede Social da CVP – Palácio dos Condes D'Óbidos em Lisboa e 659.449,64 euros ao Teatro Lethes em Faro.

5.2 Outros ativos fixos tangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2019, a alteração ocorrida no valor dos outros ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Rubricas	31/12/2018	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações/ Outros	31/12/2019	Varição
Ativo Bruto							
Terrenos e Recursos Naturais	14 531 717,56	0,00	0,00	0,00	(448 900,00)	14 082 817,56	(448 900,00) 8,31%
Edifícios e Outras Construções	77 515 129,29	847 411,43	(76 747,52)	144 587,74	1 082,43	78 431 463,37	916 334,08 1,03%
Equipamento Básico	33 724 116,72	2 500 131,85	(721 972,75)	2 350,00	25 114,71	35 529 740,53	1 805 623,81 6,11%
Equipamento de Transporte	5 398 294,56	256 036,61	(106 909,92)	0,00	0,00	5 547 421,27	149 126,69 2,83%
Equipamento Administrativo	6 091 490,87	157 923,30	(5 556,24)	0,00	28 329,78	6 272 187,71	180 696,84 1,83%
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 966 173,24	114 356,83	(680,00)	0,00	9 176,99	2 089 017,06	122 843,82 4,41%
Investimentos em Curso	2 418 809,09	137 158,66	0,00	(146 937,74)	95 780,27	2 504 810,28	86 001,19 -0,37%
Adiantamentos por conta de Investimentos	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	0,00 0,00%
TOTAL	141 695 731,35	4 013 018,68	(911 876,43)	0,00	(289 415,82)	144 507 457,78	2 811 726,43 2,77%
Depreciações e Perdas Por Imparidade Acumuladas							
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00%
Edifícios e Outras Construções	27 995 214,85	1 646 861,73	(58 606,56)	0,00	6 036,39	29 589 506,41	1 594 291,56 2,80%
Equipamento Básico	26 714 761,54	1 806 262,17	(559 389,60)	0,00	36 369,79	27 998 003,90	1 283 242,36 6,14%
Equipamento de Transporte	4 725 305,45	221 811,29	(106 909,92)	0,00	(13 100,44)	4 827 106,38	101 800,93 1,74%
Equipamento Administrativo	5 752 953,60	156 525,16	(5 556,24)	0,00	695,79	5 904 618,31	151 664,71 2,61%
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 630 860,08	85 131,75	(690,00)	0,00	7 702,04	1 723 003,87	92 143,79 -2,28%
Adiantamentos por conta de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00%
TOTAL	66 819 095,52	3 916 592,10	(731 152,32)	0,00	37 703,57	70 042 238,87	3 223 143,35 3,87%
Valor Líquido							
Terrenos e Recursos Naturais	14 531 717,56					14 082 817,56	(448 900,00) 8,31%
Edifícios e Outras Construções	49 519 914,44					48 841 956,96	(677 957,48) 0,12%
Equipamento Básico	7 009 355,18					7 531 736,63	522 381,45 6,01%
Equipamento de Transporte	672 989,13					720 314,89	47 325,76 11,45%
Equipamento Administrativo	338 537,27					367 569,40	29 032,13 -8,64%
Equipamento biológico	0,00					0,00	0,00 0,00%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	335 313,16					366 013,19	30 700,03 56,08%
Investimentos em Curso	2 418 809,09					2 504 810,28	86 001,19 -0,37%
Adiantamentos por conta de Investimentos	50 000,00					50 000,00	0,00 0,00%
TOTAL	74 876 635,83					74 485 218,91	(411 416,92) 1,96%

(Sede Nacional, Delegações Locais, Centros Humanitários e Organismos Autónomos)

À data de 31 de Dezembro de 2019 o valor bruto dos outros ativos fixos tangíveis é de 144.507.457,78 euros. As depreciações e perdas por imparidades acumuladas ascendem a 70.042.238,87 euros, pelo que o valor líquido é 74.465.218,91 euros.

O aumento registado em equipamento básico é maioritariamente referente a aquisições de viaturas para a área de transporte de doentes.

No que respeita às depreciações adota-se, o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens de acordo a política contabilística referida no ponto 3.2.1. deste anexo.

De mencionar ainda a existência de edifícios reconhecidos como ativos fixos tangíveis relacionados com os direitos de superfície ou usufruto associados, ou seja, a CVP construiu edifícios em lotes de terreno sobre os quais detém direitos de superfície e procedeu à remodelação de edifícios sobre os quais detém direitos de usufruto ou superfície. Tratam-se de ativos com restrições permanentes, ou seja, existem limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório a efetuar nesses ativos.

Os montantes reconhecidos a 31 de Dezembro de 2019 em ativo bruto na rubrica Edifícios e outras construções e respetivas depreciações do período e acumuladas relacionados com os direitos de superfície ou usufruto associados ascendiam a:

Edifícios com direitos de superfície ou usufruto associados

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)							
Direito	CH / DL / OA	Fim a que destina	Montante bruto	Depreciação Anual	Depreciações Acumuladas	Montante Líquido	Investimentos em curso
Gratuito	Águeda	Sede da Delegação	715 638,06	14 477,87	213 894,43	501 743,63	116 244,18 16 560,00
Gratuito	ESSN	Escola	1 626 618,80	42 374,83	299 660,01	1 326 958,79	
Gratuito	Vale de Cambra	Sede da Delegação	505 497,68	22 295,28	239 421,36	266 076,32	
Gratuito	Olhão	Creche	449 937,23	10 141,41	202 959,75	246 977,48	
Gratuito	Elvas	Residência Sénior	4 145 784,80	120 918,72	535 291,68	3 610 493,12	
Gratuito	Maia	Sede da Delegação	226 521,02	4 527,46	186 117,90	40 403,12	
Gratuito	Póvoa de Varzim	Creche e Jardim de Infância	1 412 469,31	28 249,38	257 283,66	1 155 185,65	
Gratuito	Viseu	Sede da Delegação	713 699,62	14 273,99	215 357,49	498 342,13	
Gratuito	Foz do Tejo	Creche	308 079,95	6 161,60	191 020,32	117 059,63	
Gratuito	Moncarapacho-Fuzeta						
Gratuito	Matosinhos	Residência Sénior	2 655 196,14	54 079,02	334 772,59	2 320 423,55	
Oneroso	Costa do Estoril						

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

ESSN - Escola Superior de Saúde do Norte

O valor bruto reconhecido em ativos fixos tangíveis respeita a obras no edifício para a instalação da Escola Superior de Saúde, estão a ser depreciadas em 50 anos, no entanto o direito de superfície detido pela CVP tem a duração de 35 anos com a possibilidade de prorrogar por períodos de 15 anos.

Centro Humanitário de Elvas

Para a construção da residencial sénior e UCC em Elvas a CVP beneficiou de um apoio da ARS Alentejo, através do programa modelar, no total de 639.547euros, dos quais 509.438 euros para a obra e 118.084 euros para equipamento e ainda 12.026 euros para o projeto inicial. Estes valores estão a ser reconhecidos como rédito de acordo com a depreciação dos respetivos AFT (rubrica: Imputação de subsídios para investimentos).

Centro Humanitário Alto Minho - Viana do Castelo

O Centro Humanitário de Alto Minho contratualizou em 2003 com a Câmara Municipal de Viana do Castelo e com o Instituto Português do Norte uma subconcessão de uso privativo de uma parcela de domínio público hídrico de um terreno pelo período de 30 anos, no qual a Delegação construiu um pavilhão. O montante bruto e respetivas depreciações do período e acumuladas ascendem a:

Edifícios com os direitos de subconcessão associados

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

(€)						
Subconcessão	DL	Fim a que destina	Montante bruto	Depreciação Anual	Depreciações Acumuladas	Montante Líquido
Oneroso	Viana do Castelo	Pavilhão	113 379,92	2 267,60	34 014,00	79 365,92

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de balanço existem edifícios que servem de garantia a operações de financiamento bancário de médio e longo prazo associadas a investimentos:

Edifícios associados a operações de financiamento MLP

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Imóveis	Reserva/ Limitação	Início	Instituição Financeira	Operação Financeira Associada	Nº Anos	Montante bruto	Depreciação Anual	Depreciações Acumuladas	Montante Líquido
Amadora	Hipoteca	Fev.2012	MG	EmpréstimoMLP	12	152 451,50	2 286,68	19 966,02	132 485,48
Braga	Hipoteca	Fev. 2012	CGD	EmpréstimoMLP	12	219 550,96	277,03	163 576,47	55 974,49
Costa do Estoril	Hipoteca	Jul.2009	Santander	EmpréstimoMLP	13	2 594 092,24	51 881,84	465 626,68	2 128 465,56
Elvas	Hipoteca	Jul.2009	Santander	EmpréstimoMLP	13	4 145 784,80	82 915,70	701 328,62	3 444 456,18
Estremoz	Hipoteca	Dez.2009	CCAM	EmpréstimoMLP	30	1 549 814,17	30 996,28	330 662,40	1 219 151,77
Évora	Hipoteca	Fev.2009	MG	EmpréstimoMLP	15	1 016 532,84	20 330,00	437 992,84	578 540,00
Santarém/ Cartaxo	Hipoteca	Jan. 2013	CCAM	EmpréstimoMLP	15	141 493,40	2 680,20	39 560,25	101 933,15
Tavira	Hipoteca	Dez.2014	CGD	EmpréstimoMLP	10	430 000,00	8 600,00	51 600,00	378 400,00
Trofa	Hipoteca	Maio.2013	CCAM	EmpréstimoMLP	10	187 980,00	2 822,10	26 104,55	161 875,45
Valença	Hipoteca	Jun. 2011	CGD	EmpréstimoMLP	15	3 748 496,44	74 969,93	374 849,64	3 373 646,80
Vila Viçosa	Hipoteca	Abr.2008	BCP	EmpréstimoMLP	13	2 739 395,91	54 750,56	411 034,64	2 328 361,27
Estuário do Tejo	Hipoteca	Maio.2016	CGD	EmpréstimoMLP	10	225 347,00	3 380,21	13 520,84	211 826,16

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

À data de balanço existem ainda edifícios que servem de garantia a operações de financiamento bancário de curto prazo:

Edifícios associados a operações de financiamento CP

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Imóveis	Reserva/ Limitação	Início	Instituição Financeira	Operação Financeira Associada	Nº Anos	Montante bruto	Depreciação Anual	Depreciações Acumuladas	Montante Líquido
Évora	Hipoteca	Fev.2009	MG	EmpréstimoCP	15	1 016 532,84	20 330,00	417 662,84	598 870,00

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

6. Ativos intangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2019, a alteração ocorrida nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Ativo Não Corrente - Ativos Intangíveis

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/2018	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações/ Outros	31/12/2019	Variação
(€)							
Ativo bruto							
Goodwill	283 756,64	0,00	(48 367,84)	0,00	(123,00)	235 255,80	(48 490,84)
Projectos de desenvolvimento	143 305,78	32 902,50	0,00	0,00	0,00	176 208,28	32 902,50
Programas de computador	897 921,93	254 754,56	0,00	0,00	123,00	1 152 799,49	254 877,56
Propriedade industrial	70 671,65	0,00	0,00	0,00	0,00	70 671,65	0,00
Outros ativos intangíveis	5 250 618,85	0,00	0,00	0,00	0,00	5 250 618,85	0,00
Investimentos em Curso	98 887,77	5 879,40	0,00	0,00	(95 780,27)	8 986,90	(89 900,87)
Adiantamentos por conta de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6 745 162,62	293 536,46	(48 367,84)	0,00	(95 780,27)	6 894 550,97	149 388,35
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Goodwill	85 090,13	26 751,02	(17 734,90)	0,00	0,00	94 106,25	9 016,12
Projectos de desenvolvimento	86 283,91	3 688,08	0,00	0,00	(2 237,46)	87 734,53	1 450,62
Programas de computador	840 860,65	55 624,24	0,00	0,00	(16 702,81)	879 782,08	38 921,43
Propriedade industrial	67 848,28	342,32	0,00	0,00	61,00	68 251,60	403,32
Outros ativos intangíveis	1 274 705,65	74 667,45	0,00	0,00	19 766,80	1 369 139,90	94 434,25
Adiantamentos por conta de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 354 788,62	161 073,11	(17 734,90)	0,00	887,53	2 499 014,36	144 225,74
Valor líquido							
Goodwill	198 666,51					141 159,55	(57 506,96)
Projectos de desenvolvimento	57 021,87					88 473,75	31 451,88
Programas de computador	57 061,28					273 017,41	215 956,13
Propriedade industrial	2 823,37					2 420,05	(403,32)
Outros ativos intangíveis	3 975 913,20					3 881 478,95	(94 434,25)
Investimentos em Curso	98 887,77					8 986,90	(89 900,87)
Adiantamentos por conta de Investimentos	0,00					0,00	0,00
Total	4 390 374,00					4 395 536,61	5 162,61
							0,12%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de dezembro de 2019, os ativos intangíveis ascendem a 4.395.536,61 euros.

Dos itens que integram esta rubrica do ativo não corrente destacam-se:

- O *goodwill* no valor líquido de 141.159,55 euros;
- Outros ativos intangíveis no montante líquido de 3.881.478,95 euros, que respeitam maioritariamente a direitos de superfície e subconcessão;

À data de 31 de Dezembro de 2019, estão reconhecidas amortizações e perdas por imparidade acumuladas no montante de 2.499.014,36 euros.

7. Investimentos Financeiros

As empresas do Grupo, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são as seguintes:

Denominação social	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	% capital detido			
				31/12/2019		31/12/2018	
				Directa	Efectiva	Directa	Efectiva
Empresa-mãe: CVP - Cruz Vermelha Portuguesa	Lisboa	Prestação de assistência humanitária e social					
Subsidiárias: Clínica Social Rainha Santa, ACE	Estremoz	Clinica social e cuidados continuados	CVP	100%	100%	100%	100%
Parfisi - Gabinete de Reabilitação Física, Lda	Cascais	Reabilitação física e fisioterapia	CVP	100%	100%	100%	100%
Saudigest - Gestão de Saúde Ocupacional, Lda	Lisboa	Prestação de serviços de Segurança e Saúde no Trabalho	CVP	-	-	100%	100%
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	Lisboa	Administração de unidades de cuidados de saúde e prestação de serviços hospitalares	CVP	54,97%	54,97%	54,97%	54,97%
Servihospital - Sociedade de Serviços de Apoio Hospitalar, Unipessoal, Lda	Lisboa	Prestação de serviços complementares acessórios e similares à gestão de unidades hospitalares	(a)	-	54,97%	-	54,97%

(a) A percentagem efectiva resulta da participação directa da CVP-SGH de 100%

A rubrica investimentos em subsidiárias inclui as participação nos capitais da SGHCVP, S.A. (detida a 54,97%), da Clínica Social Rainha Santa, A.C.E – Estremoz (detida a 100%) e PARFISI, Lda (detida a 100%). A participação detida na Saudigest – Gestão de Saúde Ocupacional, Lda foi alienada no decorrer do exercício de 2019 do qual resultou o gasto no montante total de 81.003,47 euros.

À data de 31 de Dezembro de 2019, os investimentos financeiros ascendem a 4.014.619,44 euros, conforme quadro que se segue:

Ativo Não Corrente - Investimentos Financeiros

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)				
Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Ativo Não Corrente - Investimentos Financeiros				
(MEP - Método de equivalência patrimonial)				
CVP - SGH, S.A.	3 936 037,77	6 054 114,88	(2 118 077,11)	-34,99%
Clinica Rainha Santa Isabel, A.C.E.	0,00	0,00	0,00	0,00%
Parfisi - Gabinete de Reabilitação Física, Lda	78 581,67	73 880,22	4 701,45	6,36%
Saudigest - Gestão de Saúde Ocupacional, Lda	0,00	48 869,74	(48 869,74)	-100,00%
Total - MEP	4 014 619,44	6 176 864,84	(2 162 245,40)	-35,01%
Empréstimos concedidos	0,00	22 407,78		
Total	0,00	22 407,78	(22 407,78)	-100,00%
Total - Investimentos Financeiros	4 014 619,44	6 199 272,62	(2 184 653,18)	-35,24%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de Dezembro de 2019, as participações financeiras relativas a subsidiárias ascendem a 4.014.619,44 euros. Para a determinação do seu valor, utiliza-se o método da equivalência patrimonial segundo o qual as participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do capital próprio dessas entidades, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial. O valor da participação na Clínica Social Rainha Santa, A.C.E. é nulo em virtude do seu capital próprio ser negativo.

8. Outros créditos e ativos não correntes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o detalhe da rubrica "Outros créditos e ativos não correntes" consta do quadro que se segue:

Ativo Não Corrente - Outros créditos e ativos não correntes

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa
(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Ativo bruto				
Condença Bitta Botta	2 493,99	2 493,99	0,00	0,00%
Sagies	6 237,50	6 237,50	0,00	0,00%
Centro Clinico de Cascais	3 890,62	3 890,62	0,00	0,00%
Sociedade Meridiano SA	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00%
Titulos participação CCAM	4 000,00	3 500,00	500,00	14,29%
Depósito Merrill Lynch	192 559,70	151 220,52	41 339,18	27,34%
Papeis de credito H. Bellard	8 998,20	9 126,81	(128,61)	-1,41%
Papeis de Credito diversos	4 127,66	3 720,19	407,47	10,95%
Metais Preciosos	455 943,31	376 985,94	78 957,37	20,94%
Ações BCP	4 341,34	4 905,79	(564,45)	-11,51%
Fundo Compensação do Trabalho	238 612,26	193 541,63	45 070,63	23,29%
Outros	1 310,97	4 803,49	(3 492,52)	-72,71%
Total	931 515,55	769 426,48	162 089,07	21,07%
Perdas por imparidade acumuladas				
Outros Ativos Financeiros	(3 890,62)	(3 890,62)	0,00	0,00%
Total	(3 890,62)	(3 890,62)	0,00	0,00%
Valor liquido				
Outros Ativos Financeiros	927 624,93	765 535,86	162 089,07	21,17%
Total	927 624,93	765 535,86	162 089,07	21,17%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de Dezembro de 2019, os outros créditos e ativos não correntes (outros ativos financeiros) ascendem a 927.624,93 euros.

9. Inventários

A rubrica de Inventários à data de 31 de dezembro de 2019 e de 2018 apresenta o seguinte detalhe:

Ativo Corrente - Inventários

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Mercadorias	462 695,12	503 725,97	(41 030,85)	-8,15%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	361 924,14	437 191,70	(75 267,56)	-17,22%
Produtos acabados e intermédios	45 307,02	30 680,48	14 626,54	47,67%
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	869 926,28	971 598,15	(101 671,87)	-10,46%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de Dezembro de 2019, os inventários reconhecidos ascendem a 869.926,28 euros, dos quais 343.358,58 euros correspondem a donativos em espécie a aplicar nas atividades que a CVP desenvolve.

Não existem quaisquer perdas por imparidade acumuladas reconhecidas.

10. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ativo Corrente - Créditos a receber

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Cientes e utentes				
Cientes e utentes c/c	7 049 695,86	7 270 127,73	-220 431,87	-3,03%
Cientes e utentes - títulos a receber	49,72	0,00	49,72	100,00%
Cientes e utentes - Cessão de créditos/ Factoring	609 730,04	605 564,00	4 166,04	0,69%
Cientes e utentes - Em Mora	1 194 446,40	1 304 118,19	(109 671,79)	-8,41%
Perdas Por Imparidade Acumuladas	(891 830,85)	(817 842,35)	(73 988,50)	9,05%
Total - Cientes e utentes	7 962 091,17	8 361 967,57	-399 876,40	-4,78%
Outras Contas a Receber				
Adiantamentos e outras operações com o pessoal	18 404,89	20 102,19	(1 697,30)	-8,44%
Devedores por acréscimos de rendimentos	3 441 006,87	3 295 616,35	145 390,52	4,41%
Outros devedores	400 742,77	486 758,87	(86 016,10)	-17,67%
Perdas Por imparidades acumuladas - Outros devedores	(125 907,80)	(125 907,80)	0,00	0,00%
Total - Outras contas a receber	3 734 246,73	3 676 569,61	57 677,12	1,57%
Total - Créditos a receber	11 696 337,90	12 038 537,18	(342 199,28)	-2,84%

As dívidas de clientes líquidas de perdas por imparidade, à data de encerramento do ano 2019, ascendem a 7.962.091,17 euros.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor bruto das dívidas de clientes e utentes c/c é de 8.853.922,02 euros e inclui os seguintes itens:

- Clientes e utentes c/c no valor de 7.049.695,86 euros;
- Clientes e utentes – títulos a receber no valor de 49,72 euros;
- Clientes e utentes - Cessão de Créditos / Factoring no valor de 609.730,04 euros;
- Clientes e utentes - Em mora no valor de 1.194.446,40 euros.

As perdas por imparidade acumuladas representam a quantia pela qual a dívida escriturada excede a quantia recuperável estimada.

A base de cálculo da estimativa utilizada é a mora do crédito atendendo aos critérios mencionados no ponto 3.1.13 Instrumentos Financeiros.

O valor referente a devedores por acréscimos de rendimentos deriva de importâncias que embora só sejam recebidas em exercícios futuros respeitam ao exercício de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, existem outras contas a receber no montante de 3.734.246,73 euros.

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica Estado e outros entes públicos, decompõe-se conforme quadro seguinte:

Ativo Corrente - Estado e Outros Entes Públicos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Imposto sobre o Rendimento	356,54	356,54	0,00	0,00%
Imposto sobre o valor acrescentado	531 830,92	357 777,26	174 053,66	48,65%
Total	532 187,46	358 133,80	174 053,66	48,60%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de Dezembro de 2019 a CVP tem a receber do Estado 532.187,46 euros.

As dívidas do Estado à CVP derivam sobretudo de pedidos reembolsos de Imposto Sobre Valor Acrescentado (IVA), por via do direito à restituição de imposto suportado com a aquisição de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação de imóveis utilizados, total ou principalmente, na prossecução dos fins estatutários (DL n.º 20/90, de 13 de janeiro) e 50% do imposto suportado referente às aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas.

12. Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Ativo - Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Doadores - em curso	21 302,84	42 208,41	(20 905,57)	-49,53%
Quotas	331 268,49	319 910,01	11 358,48	3,55%
Total	352 571,33	362 118,42	-9 547,09	-2,64%
Perdas por imparidade				
Quotas	(249 556,68)	(235 612,38)	(13 944,30)	5,92%
Total	(249 556,68)	(235 612,38)	(13 944,30)	5,92%
Valor Liquido				
Doadores - em curso	21 302,84	42 208,41	(20 905,57)	-49,53%
Quotas	81 711,81	84 297,63	-2 585,82	-3,07%
Total	103 014,65	126 506,04	-23 491,39	-18,57%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de dezembro de 2019, o valor liquido reconhecido referente a quotas de membros a receber é de 81.711,81 euros.

À data de balanço existem donativos em dinheiro por receber (recibo emitido em 2019 cuja entrada só ocorreu em 2020) no valor 21.302,84 euros.

13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ativo Corrente - Diferimentos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Gastos a Reconhecer	4 243 433,23	3 752 314,29	491 118,94	13,09%
Total	4 243 433,23	3 752 314,29	491 118,94	13,09%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Em 31 de dezembro de 2019, os gastos a reconhecer ascendem a 4.243.433,23 euros.

Esta rubrica compreende os gastos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, por respeitarem a esses exercícios, mas cuja documentação de suporte é

emitida no ano em causa (conservação e reparação de viatura, rendas, juros, seguros, etc.).

O aumento significativo verificado, deriva sobretudo dos gastos de conservação e reparação assumidos com viaturas, os quais pese embora não aumentando diretamente o valor dos bens ou a sua vida útil, proporcionam um benefício económico futuro, com reflexo no exercício seguinte.

Assim como orientação geral, sempre que o valor anual dos gastos com conservação e reparação de uma viatura pertencente ao equipamento básico é igual ou superior a 25% do valor da depreciação anual, deve-se reconhecer 50% do valor total de conservação e reparação como gasto do exercício e os restantes 50% como gastos a reconhecer no exercício seguinte.

14. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o detalhe de “Outros ativos correntes” é o abaixo evidenciado:

Ativo Corrente - Outros ativos correntes

Ativos Corrente - Outros ativos correntes

				(€)
Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Adiantamentos a Fornecedores				
Fornecedores Conta Corrente	170 408,18	157 232,54	13 175,64	8,38%
Fornecedores de Investimento				
Imóveis	67 895,64	66 933,14	0,00	0,00%
Viaturas	14 874,34	30 000,00	(15 125,66)	-50,42%
Outros	242,68	0,00	0,00	0,00%
Total	253 420,84	254 165,68	(744,84)	-0,29%
Instrumentos financeiros detidos para negociação				
Instrumento financeiros detidos para negociação	176 389,06	173 773,44	2 615,62	1,51%
Total	176 389,06	173 773,44	2 615,62	1,51%
Outros Ativos Financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	8 265,03	17 637,49	(9 372,46)	-53,14%
Total	8 265,03	17 637,49	(9 372,46)	-53,14%
Ativos não correntes detidos para venda				
Ativos fixos tangíveis	61 444,10	74 278,44	(12 834,34)	-17,28%
Total	61 444,10	74 278,44	(12 834,34)	-17,28%
Total	499 519,03	519 855,05	(20 336,02)	-3,91%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de Dezembro de 2019, os adiantamentos a fornecedores ascendem a 253.420,84 euros.

A rubrica de Instrumentos financeiros detidos para negociação em 31 de dezembro de 2019 é constituída por aplicações de tesouraria, com o intuito de obtenção de melhor rentabilidade dos meios disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total aplicado em Instrumentos financeiros detidos para negociação ascende a 176.389,06 euros.

A rubrica de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados é essencialmente constituída por aplicações de tesouraria, com o intuito de obtenção de melhor rentabilidade dos meios disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total aplicado ascende a 8.265,03 euros.

À data de relato o montante de ativos fixos tangíveis detidos para venda (8 lotes de terrenos da Delegação de Vilela-Paredes) ascende a 61.444,10 euros.

15. Caixa e depósitos bancários

À data de relato existe em caixa e depósitos bancários 21.851.133,93 euros.

Ativo Corrente - Caixa e Depósitos Bancários

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Caixa	228 200,94	176 354,34	51 846,60	29,40%
Depositos à ordem	12 469 311,88	10 847 279,49	1 622 032,39	14,95%
Depósitos a prazo	9 153 619,11	8 134 518,67	1 019 100,44	12,53%
Total	21 851 131,93	19 158 152,50	2 692 979,43	14,06%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Esta rubrica inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (depósitos à ordem) e aplicações de tesouraria no mercado monetário (depósitos a prazo com maturidades de curto prazo que se encontram a vencer juros às taxas normais de mercado).

À data de relato existem depósitos à ordem e a prazo afetos a campanhas humanitárias nos montantes de 1.122.319 euros e 9.975 euros, respetivamente.

16. Resultados transitados

À data de relato, os resultados transitados ascendem a 24.898.820,95 euros e englobavam, não só os resultados acumulados dos exercícios anteriores, mas também o reconhecimento de quantias significativas que, embora se tenham verificado durante o ano de 2019, não são de registar em contas de resultados, mas antes, diretamente nos fundos patrimoniais (correções respeitantes a exercícios anteriores de valor superior 5% do Resultado líquido individual de cada entidade pertencente ao perímetro de agregação).

17. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Fundos Patrimoniais - Excedentes de revalorização

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Decorrentes de diplomas legais	13 726 667,37	13 726 667,37	0,00	0,00%
Outros excedentes	6 263 290,91	6 263 290,91	0,00	0,00%
Total	19 989 958,28	19 989 958,28	0,00	0,00%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de encerramento, os excedentes de revalorização ascendem a 19.989.958,28 euros.

18. Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais apresentam o detalhe que se segue:

Fundos Patrimoniais - Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Relacionados com o MP				
Ajustamentos de transição	16 077,17	16 077,17	0,00	0,00%
Lucros não atribuídos	4 715 607,45	4 747 408,26	(31 800,81)	-0,67%
Decorrentes de outras variações de fundos patrimoniais	1 986 338,11	1 983 555,53	2 782,58	0,14%
Subsídios (ao Investimento)	15 022 950,56	15 077 514,76	(54 564,20)	-0,36%
Doações	4 260 106,90	5 010 943,25	(750 836,35)	-14,98%
Outras	463 308,38	1 655 377,69	(1 192 069,31)	-72,01%
Total	26 464 388,57	28 490 876,66	(2 026 488,09)	-7,11%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Os ajustamentos em ativos financeiros respeitam a flutuações de ativos financeiros à data de relato com repercussão nos fundos patrimoniais. Estes ajustamentos derivam da aplicação do método da equivalência patrimonial às participações financeiras na Clínica Rainha Santa, ACE, PARFISI, Lda e na SGHCVP, S.A..

Os lucros não atribuídos respeitam à SGHCVP, S.A. e representam a diferença entre os lucros imputáveis às participações e os lucros que lhes foram distribuídos (dividendos).

Os ajustamentos decorrentes de outras variações nos fundos patrimoniais representam os valores imputáveis à CVP, na variação dos capitais próprios da participada SGHCVP, S.A., não relacionados com resultados.

Em 2019 os subsídios ao investimento ascendem a 15.022.950,56 euros.

Os valores respeitantes a Subsídios ao Investimento são reconhecidos, numa base sistemática na conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que são contabilizadas as depreciações do investimento a que respeitam. No ano 2019, foram reconhecidos rendimentos e ganhos na rubrica 7883 - Imputação de subsídios ao investimento no montante de 622.573,34 euros.

As doações de inventários e de bens de ativo fixo tangível de que a CVP beneficiou para o desenvolvimento das suas atividades e que não se destinam a ser distribuídos posteriormente a terceiros, ascendem a 4.260.106,90 euros à data de 31 de dezembro de 2019.

19. Resultado líquido

O resultado líquido do ano 2019 é negativo em 931.497,25 euros.

Resultado do exercício

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Resultado Líquido	(931 497,25)	1 299 316,85	(2 230 814,10)	-171,69%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

19.1 Rendimentos

O detalhe do valor apurado relativamente a rendimentos e ganhos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

Rendimentos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019		31/12/2018		Variação	
Vendas	256 699,67	0,34%	268 051,53	0,37%	(11 351,86)	-4,23%
Prestação de Serviços	57 088 560,55	76,06%	55 456 229,43	75,56%	1 632 331,12	2,94%
Subsídios, doações e legados à Exploração	11 648 369,33	15,52%	8 077 668,16	11,01%	3 570 701,17	44,20%
Reversões	18 122,88	0,02%	21 563,50	0,03%	(3 440,62)	-15,96%
Ganhos por aumento de justo valor	124 273,10	0,17%	16 418,11	0,02%	107 854,99	656,93%
Outros Rendimentos	5 901 482,98	7,86%	9 529 164,00	12,98%	(3 627 681,02)	-38,07%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	22 099,29	0,03%	22 192,30	0,03%	(93,01)	-0,42%
Total	75 059 607,80	100,00%	73 391 287,03	97,78%	1 668 320,77	2,27%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de relato, os Rendimentos ascendem a 75.059.607,80 euros, o que representa um aumento de 2,27% face ao ano anterior, ou seja, de 1.668.320,77 euros.

As vendas registaram uma diminuição de 4,23%.

Em 2019 as prestações de serviços ascendem a 57.088.560,55 euros, o que representa um crescimento 2,94%, ou seja, aumento de 1.632.331,12 euros face ao ano anterior.

Os outros rendimentos registaram uma diminuição de 38,07%.

As prestações de serviços apresentam o seguinte detalhe:

Prestações de Serviços

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Serviços Principais	56 392 994,15	54 918 150,69	1 474 843,46	2,69%
Ensino	5 837 336,51	5 033 592,65	803 743,86	15,97%
Ensino Superior	5 631 154,51	4 834 088,54	797 065,97	16,49%
Ensino Básico	199 226,00	199 496,75	(270,75)	-0,14%
Outras Prestações de Serviços de Ensino	6 956,00	7,36	6 948,64	94410,87%
Saúde	8 986 878,99	8 483 426,45	503 452,54	5,93%
Postos Socorros	929 287,77	869 687,00	59 600,77	6,85%
Serviços Clínicos	998 645,65	1 001 420,84	(2 775,19)	-0,28%
Clínicas de Reabilitação	1 138 476,53	1 128 142,92	10 333,61	0,92%
Cartão Saúde	1 339 897,29	1 505 441,15	(165 543,86)	-11,00%
Unidade de Cuidados Continuados	4 496 615,98	3 930 784,31	565 831,67	14,39%
Outras Prestações de Serviços de Saúde	83 955,77	47 950,23	36 005,54	75,09%
Ação Social	15 883 791,20	16 688 052,43	(804 261,23)	-4,82%
Apoio Domiciliário	4 803 855,44	4 555 186,98	248 668,46	5,46%
Lares	4 849 686,31	5 523 499,58	(673 813,27)	-12,20%
Centro de Acolhimento Temporário	1 352 350,26	1 889 521,28	(537 171,02)	-28,43%
Centros de Dia	665 267,97	684 666,85	(19 398,88)	-2,83%
Refeitório e Cantinas	427 516,38	454 223,29	(26 706,91)	-5,88%
Balneários - Lavandaria/Tratamento	161 566,70	146 965,23	14 601,47	9,94%
Transporte Adaptados/Ajudas Técnica	468 692,25	353 505,70	115 186,55	32,58%
Empresas de Inserção	34 980,81	42 075,97	(7 095,16)	-16,86%
Outras prestações de Serviços de Ação Social	3 119 875,08	3 038 407,55	81 467,53	2,68%
Formação	920 109,89	735 473,08	184 636,81	25,10%
Cursos de Socorrismo	768 892,55	719 051,96	49 840,59	6,93%
Entidade Formadora	84 865,36	7 279,36	77 586,00	1065,84%
Outras Prestações de Serviços de Formação	66 351,98	9 141,76	57 210,22	625,81%
Educação	5 522 580,70	5 287 906,64	234 674,06	4,44%
Infantários/Creches	3 080 106,79	3 171 291,51	(91 184,72)	-2,88%
Jardim Infantil	1 623 744,10	1 298 305,10	325 439,00	25,07%
ATL S	660 976,94	630 549,10	30 427,84	4,83%
Outras Prestações de Serviços de Educação	157 752,87	187 760,93	(30 008,06)	-15,98%
Emergência	19 242 296,86	18 689 699,44	552 597,42	2,96%
Socorro e Transporte	17 907 951,72	17 318 401,39	589 550,33	3,40%
Transporte de Doentes	16 430 562,15	15 952 159,61	478 402,54	3,00%
Apoio Actividades Culturais	344 641,01	263 290,04	81 350,97	30,90%
Apoio Actividades Desportivas	691 758,70	753 123,22	(61 364,52)	-8,15%
Outros	440 989,86	349 828,52	91 161,34	26,06%
Emergência Social	234 812,88	569 125,68	(334 312,80)	-58,74%
Linha 144	61 253,98	49 290,49	11 963,49	24,27%
Outros (inclui transportes VVD)	173 558,90	519 835,19	(346 276,29)	-66,61%
Teleassistencia	1 037 979,42	587 630,18	450 349,24	76,64%
Outras Prestações de Serviços de Emergência	61 552,84	214 542,19	(152 989,35)	-71,31%
Serviços secundários	78 484,62	5 328,48	73 156,14	1372,93%
Quotas	621 740,22	538 227,84	83 512,38	15,52%
Descontos e Abatimentos	(4 658,44)	(5 477,58)	819,14	-14,95%
Total	57 088 560,55	55 456 229,43	1 632 331,12	2,94%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

As prestações de serviços englobam valores faturados a clientes e participações públicas a utentes com rendimentos insuficientes, nas seguintes áreas:

- Crianças e Jovens (amas, creches, estabelecimentos de educação pré-escolar e centros de atividades de tempos livres);
- Idosos (serviço de apoio domiciliário, centro de convívio, centro de dia, residência, lar de idosos);
- Vítimas de violência doméstica (centros de acolhimento temporário e casas abrigo);
- Emergência social;
- Emergência pré-hospitalar.

A área do ensino registou um crescimento de 15,97%

A área da saúde registou um aumento de 5,93%

A área da ação social registou um decréscimo de 4,82%

A área da formação em socorrismo registou um crescimento de 25,10%

A área da educação registou um aumento de 4,44%

A área da emergência registou um crescimento de 2,96%.

As Participações Públicas/Estatais de 2019 fixaram-se em 17.507.944,02 euros.

À data de 31 de dezembro de 2019 os subsídios, doações e legados à exploração decompõem-se do seguinte modo:

Rendimentos - Subsídios, doações e legados à Exploração

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa (€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Subsídios das entidades públicas	8 422 246,47	6 443 376,72	1 978 869,75	30,71%
Ministérios	4 732 184,92	3 028 520,36	1 703 664,56	56,25%
DN	1 426 907,23	711 000,00	715 907,23	100,69%
MTSS	1 823 509,45	1 033 359,11	790 150,34	76,46%
Outros	1 481 768,24	1 284 161,25	197 606,99	15,39%
Fundo Social Europeu	1 407 590,17	1 418 649,04	(11 058,87)	-0,78%
Autarquias	1 621 083,20	1 334 936,41	286 146,79	21,44%
Junta de Freguesia	41 272,64	37 855,54	3 417,10	9,03%
Outros	569 088,92	577 018,90	(7 929,98)	-1,37%
Sector Publico Empresarial	51 026,62	46 396,47	4 630,15	9,98%
Subsídios de outras entidades	57 115,82	275 254,16	(218 138,34)	-79,25%
Doações e heranças	3 169 007,04	1 359 037,28	1 809 969,76	133,18%
Donativos em dinheiro	3 169 007,04	1 359 037,28	1 809 969,76	133,18%
Total	11 648 369,33	8 077 668,16	3 570 701,17	44,20%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Os subsídios, doações e legados à exploração ascendem a 11.648.369,33 euros e registam um aumento de 44,20% ou seja, 3.570.701,17 euros. Esta rubrica integra donativos em dinheiro e a compensação de custos assumidos pela CVP com as seguintes atividades protocoladas com o Estado:

- Proteção social de cidadania e inserção laboral, social e comunitária de pessoas ou famílias em situação de carência económica;
- Prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência, no âmbito do atendimento e acompanhamento social;
- Distribuição de alimentos;
- Fornecimento de refeições a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, no âmbito de refeitórios / cantinas sociais;
- Ajuda à reintegração na família ou comunidade, na escola ou no trabalho, de pessoas toxicodependentes;
- Apoio à melhoria das condições de vida da população sem-abrigo;
- Formação no âmbito do POPH - Programa Operacional Potencial Humano.

Os Subsídios à Exploração resultam de acordos e protocolos celebrados sobretudo com o sector público para a criação de respostas nas várias áreas de atuação da CVP.

O valor do Subsídio à Exploração do MTSS, no montante de 1.823.509,45 euros, engloba o valor referente ao IEFP respeitante a estágios profissionais.

O Subsídio à Exploração do Fundo Social Europeu, é de 1.407.590,17 euros, sendo reconhecido em rendimentos na proporção dos gastos do período.

Os outros rendimentos e ganhos ascendem a 5.901.482,98 euros, registando uma diminuição de 3.627.681,02 euros face ao ano anterior. Dos itens incluídos nesta rubrica, destacam-se os seguintes:

Outros rendimentos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa
(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Rendimentos suplementares	1 642 058,22	1 521 791,73	120 266,49	7,90%
Serviços sociais	2 591,54	1 018,44	1 573,10	154,46%
Aluguer de equipamento	7 793,11	2 116,96	5 676,15	268,13%
Aluguer de instalações	602 746,93	609 716,41	(6 969,48)	-1,14%
Imóveis arrendados	315 357,39	256 863,78	58 493,61	22,77%
Outros rendimentos suplementares	713 569,25	652 076,14	61 493,11	9,43%
Descontos pronto pagamento obtidos	12 999,67	9 129,85	3 869,82	42,39%
Ganhos em inventários	817,66	542,62	275,04	50,69%
Rendimentos e ganhos sub. ass. emp. conj.	4 701,45	47 691,95	(42 990,50)	-90,14%
Alienações AFT	400 746,87	4 002 461,19	(3 601 714,32)	-89,99%
Sinistros	80 603,16	23 610,48	56 992,68	241,39%
Correcções relativas a períodos anteriores	405 959,66	260 156,08	145 803,58	56,04%
Imputação de sub. investimentos	622 573,34	637 481,50	(14 908,16)	-2,34%
Donativos	2 056 228,20	2 561 879,00	(505 650,80)	-19,74%
Outros rendimentos e ganhos	674 794,75	464 419,60	210 375,15	45,30%
Total	5 901 482,98	9 529 164,00	(3 627 681,02)	-38,07%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

- O montante de 4.701,45 euros relativo ao proporcional da participação da CVP nos resultados líquidos da entidade subsidiária – Parfisi:

Ganhos/ Perdas imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

				(€)
Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
(MEP - Método de equivalência patrimonial)				
CVP - SGH, S.A.	(2 120 859,69)	(111 614,94)	(2 009 244,75)	1800,16%
Clínica Rainha Santa Isabel, A.C.E.	0,00	0,00	0,00	0,00%
Parfisi - Gabinete de Reabilitação Física, Lda	4 701,45	21 423,05	(16 721,60)	-78,05%
Saudigest - Gestão de Saúde Ocupacional, Lda	(81 003,47)	26 268,90	(107 272,37)	100,00%
Total - MEP	(2 197 161,71)	(63 922,99)	(2 133 238,72)	3337,20%

- Os donativos atribuídos à CVP que em 2019 ascendem a 2.056.228,20 euros (em 2018 ascendem a 2.561.879,00 euros).
- As rendas e alugueres de imóveis e alugueres de equipamentos no valor de 925.897,43 euros.
- O montante de 622.573,34 euros referente à imputação de subsídios para investimento, efetuado na proporção das respetivas depreciações.
- As alienações de activos fixos tangíveis ascenderam a 400.746,87 euros.

19.2 Gastos

A rubrica de gastos e perdas apresenta a seguinte decomposição:

Gastos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)					
Rubricas	31/12/2019		31/12/2018		Variação
Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	3 226 338,83	4,25%	3 306 528,28	4,59%	(80 189,45) -2,43%
Fornecimentos e Serviços Externos	23 637 435,41	31,11%	23 108 439,77	30,41%	528 995,64 2,29%
Gastos com o Pessoal	38 034 268,67	50,05%	36 540 079,81	48,08%	1 494 188,86 4,09%
Gastos de Depreciação e de Amortização	4 077 666,19	5,37%	3 910 842,15	5,15%	166 824,04 4,27%
Perdas por Imparidade	60 344,65	0,08%	47 349,07	0,06%	12 995,58 27,45%
Perdas por Redução de Justo Valor	700,92	0,00%	25 085,25	0,03%	(24 384,33) -97,21%
Provisões do Período	5 000,00	0,01%	65 763,66	0,09%	(60 763,66) -92,40%
Outros Gastos	5 810 882,10	7,65%	3 120 891,67	4,11%	2 689 990,43 86,19%
Gastos de Financiamento	1 138 468,28	1,50%	1 966 990,52	2,59%	(828 522,24) -42,12%
Total	75 991 105,05	100%	72 091 970,18	95%	3 899 134,87 5,41%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Os fornecimentos e serviços aumentaram 528.995,64 euros, apresentando o montante de 23.637.435,41 euros em 31 de dezembro de 2019.

Os gastos com pessoal registaram um aumento de 4,09%, totalizando 38.034.268,67 euros no exercício de 2019.

Os gastos de depreciação e de amortização registaram um aumento de 4,27%.

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o montante de 5.810.882,10 euros, que representa um aumento de 2.689.990,43 euros face ao ano anterior. Nesta rubrica estão incluídos os seguintes gastos:

- O montante de 2.120.859,69 euros relativo ao proporcional da participação da CVP nos resultados líquidos da entidade subsidiária SGHCVP.

Os gastos de financiamento registaram uma diminuição de 828.522,24 euros face a 2018.

20. Provisões

A variação nas provisões acumuladas durante o exercício de 2019 é a seguinte:

Passivo não Corrente - Provisões

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2018	Aumentos	Reduções	Reclassificações	31/12/2019	Variação	
Garantias a clientes	906,40	0,00	0,00	0,00	906,40	0,00	0,00%
Processos judiciais em curso	139 069,31	0,00	6 000,00	0,00	133 069,31	(6 000,00)	-4,31%
Outras provisões	17 354,95	0,00	7 916,67	0,00	9 438,28	(7 916,67)	-45,62%
Total	157 330,66	0,00	13 916,67	0,00	143 413,99	(13 916,67)	-8,85%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de encerramento do ano 2019, estão constituídas provisões no valor de 143.413,99 euros.

21. Financiamentos obtidos – Médio e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Financiamentos obtidos – Médio e longo prazo” apresenta o seguinte detalhe:

Passivo não corrente - Financiamentos Obtidos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos Bancários	12 765 104,67	13 963 356,57	(1 198 251,90)	-8,58%
Locações Financeiras	6 531 559,91	6 561 181,72	(29 621,81)	-0,45%
Total	19 296 664,58	20 524 538,29	(1 227 873,71)	-5,98%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de relato, os financiamentos obtidos a médio e longo prazo (MLP) perfazem 19.296.664,58 euros. Os empréstimos bancários ascendem a 12.765.104,67 euros, estando essencialmente relacionados com investimentos efetuados.

As locações financeiras – Leasing, no montante de 6.531.559,91 euros, incluem os leasings imobiliários a liquidar no médio e longo prazo, respeitantes ao edifício da Av. Ceuta (instalações da Escola Superior de Saúde (ESS) no montante de 5.495.751,16 euros).

22. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Passivo Corrente - Fornecedores

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Fornecedores				
Fornecedores c/c	5 386 310,54	5 243 877,08	142 433,46	2,72%
Fornecedores - títulos a pagar	0,00	0,00	-	0,00%
Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	-	0,00%
Total	5 386 310,54	5 243 877,08	142 433,46	2,72%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de dezembro de 2019 as dívidas a Fornecedores da CVP ascendem a 5.386.310,54 euros.

23. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresenta a seguinte composição:

Passivo Corrente - Estado e Outros Entes Públicos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2018	31/12/2018	Variação	
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	276 180,63	271 650,96	4 529,67	1,67%
Imposto sobre o valor acrescentado	157 119,75	141 558,80	15 560,95	10,99%
Contribuições para a Segurança Social	857 425,85	781 558,96	75 866,89	9,71%
Tributos das autarquias locais	137,85	0,00	137,85	100,00%
Outras tributações	11 246,27	10 009,46	1 236,81	12,36%
Total	1 302 110,35	1 204 778,18	97 332,17	8,08%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de relato, as dívidas ao Estado ascendem a 1.302.110,35 euros.

Por via da desmaterialização das declarações fiscais o apuramento periódico de IRS e IVA foi consolidado por tipologia e efetuado o pagamento via Sede Nacional.

O montante a pagar ao Estado resultante da Retenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) ascende a 276.180,63 euros.

O valor a pagar ao Estado referente a IVA é de 157.119,75 euros.

O valor a pagar ao Estado referente a contribuições para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, cifra-se em 857.425,85 euros.

24. Financiamentos obtidos – Curto prazo

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Financiamentos obtidos – Curto prazo” apresenta o seguinte detalhe:

Passivo corrente - Financiamentos Obtidos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos Bancários	12 950 126,69	10 761 082,79	2 189 043,90	20,34%
Descobertos bancários	907 145,25	869 878,52	37 266,73	4,28%
Locações Financeiras	718 466,17	508 602,57	209 863,60	41,26%
Cessão Factoring/ Factoring	799 889,09	805 380,52	(5 491,43)	-0,68%
Total	15 375 627,20	12 944 944,40	2 430 682,80	18,78%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de relato, os financiamentos obtidos a curto prazo (CP) ascendem a 15.375.627,20 euros.

25. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Passivo Corrente - Diferimentos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Diferimentos	4 776 533,06	4 509 481,52	267 051,54	5,92%
Total	4 776 533,06	4 509 481,52	267 051,54	5,92%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Em 31 de dezembro de 2019 os rendimentos a reconhecer ascendem a 4.776.533,06 euros, dos quais se destacam os donativos pecuniários e em espécie afetos a atividades específicas e estatutárias da CVP, no montante de 3.549.495,83 euros, que, de acordo com o principio da especialização dos exercícios, só deverão ser reconhecidos como rendimentos e ganhos quando forem aplicados no desenvolvimento dessas atividades, não gerando assim qualquer resultado económico.

26. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica outros passivos correntes apresenta a seguinte composição:

Passivo Corrente - Outros passivos correntes

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Variação	
Remunerações a Pagar	193 646,54	165 688,29	27 958,25	16,87%
Fornecedores de Investimento	653 440,84	716 814,87	(63 374,03)	-8,84%
Credores por Acréscimo de Gastos	5 973 081,77	5 362 006,47	611 075,30	11,40%
Outros Credores	2 335 418,91	1 606 097,93	729 320,98	45,41%
Adiantamentos de Clientes e Utentes	895 574,18	385 393,26	510 180,92	132,38%
Adiantamentos por conta de vendas	657,50	657,50	0,00	0,00%
Total	10 051 819,74	8 236 658,32	1 815 161,42	22,04%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Em 31 de dezembro de 2019 existem outros passivos correntes no montante de 10.051.819,74 euros.

À data de relato, o montante de 5.973.081,77 euros reconhecido na rubrica credores por acréscimo de gastos inclui os custos respeitantes à estimativa de remunerações, a pagar em 2020, relativas às férias e subsídio de férias de 2019.

A estimativa de remunerações a liquidar, inclui as remunerações correspondentes ao período de férias, o subsídio de férias, as contribuições para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho, reportando-se o direito de gozo geralmente ao trabalho prestado no ano civil anterior e, por isso, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios ou acréscimo, estes gastos foram considerados em 2019 embora o pagamento efetivo só ocorra em 2020.

A rubrica de fornecedores de investimentos no valor de 653.440,84 euros, engloba os saldos referentes a empresas de construção civil, viaturas e equipamentos que se encontram pendentes de liquidação.

À data de 31 de dezembro de 2019 os adiantamentos de clientes por serviços prestados ascendem a 895.574,18 euros.

27. Acontecimentos após a data de balanço

Já depois da data de referência das demonstrações financeiras, o mundo em geral, incluindo Portugal, foram assolados pela pandemia designada COVID-19, que obrigou o País a entrar em estado de emergência. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a pandemia continua a fazer-se sentir em Portugal, bem como na generalidade dos países.

Esta situação e a sua evolução, terão significativos impactos na economia global. A extensão e o grau de severidade destes impactos não são ainda determináveis com total rigor nesta data.

A direcção da CVP tem vindo a monitorizar esta situação, tendo definido um plano de contingência, de modo a reduzir o risco de contágio entre os seus colaboradores, assegurando ao mesmo tempo a continuidade e funcionamento das suas operações.

Estimamos que esta situação, embora com duração desconhecida, não venha a colocar em causa a continuidade das atividades da Cruz Vermelha Portuguesa.

Sobre a participação da Cruz Vermelha Portuguesa na Sociedade de Gestão do Hospital, durante o ano de 2019, a Cruz Vermelha Portuguesa iniciou um processo de negociação com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com vista à entrada desta no Capital Social da Sociedade, pela venda da participação de 54,97% detida pela Cruz Vermelha. À data da elaboração das Demonstrações Financeiras, o processo de alienação da totalidade das ações pela Cruz Vermelha à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, encontra-se em fase de conclusão, prevendo-se que a operação ocorra antes do final do ano de 2020.

À presente data, a Direcção Nacional não tem conhecimento de quaisquer outros factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2019 que justifiquem ajustamentos nestas demonstrações financeiras.

Lisboa, 23 de Novembro de 2020



Francisco Henrique Moura George

Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa

